



A IMPRENSA NA REVOLUÇÃO FRANCESA: O JORNALISMO E A LITERATURA COMO PROTAGONISTAS DA HISTÓRIA

THE PRESS IN THE FRENCH REVOLUTION: JOURNALISM AND LITERATURE AS PROTAGONISTS OF HISTORY

Eduardo Ritter*

Universidade Federal de Pelotas - UFPel

 <https://orcid.org/0009-0004-0135-561X>

rittergaucho@gmail.com

RESUMO: A Revolução Francesa foi um dos eventos mais marcantes da Era Moderna. Com a popularização da imprensa por toda a Europa, foi na França que jornais e livros tiveram papel primordial para que a população se mobilizasse e desenvolvesse atos revolucionários que acabaram com o absolutismo monárquico e levaram novas formas de pensar para além das fronteiras europeias. Assim, esta pesquisa faz uma recuperação histórica da mobilização social e suas relações como jornalismo e a literatura.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Francesa; história; jornalismo; literatura.

ABSTRACT: The French Revolution was one of the most significant events of the Modern Era. With the popularization of the press throughout Europe, it was in France that newspapers and books played a crucial role in mobilizing the population and fostering revolutionary actions that put an end to monarchical absolutism, bringing new ways of thinking beyond European borders. Thus, this research undertakes a historical recovery of social mobilization and its relationships with journalism and literature.

KEYWORDS: French Revolution; history; journalism; literature.

* Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professor adjunto do curso de Jornalismo do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutor em Comunicação Social pela PUCRS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um dos eventos mais marcantes para a evolução social e a formação da sociedade contemporânea foi a Revolução Francesa (1789-1799). Esse processo histórico resultou no estabelecimento de princípios fundamentais, como igualdade, liberdade e fraternidade, representando um avanço humanitário significativo em tempos marcados por execuções públicas, prisões e perseguições a intelectuais e pensadores. Além disso, a Revolução foi crucial para a derrocada de um regime monárquico absolutista e a ascensão de ideais democráticos, servindo de inspiração para o autogoverno em diversas regiões do mundo. Contudo, como será discutido ao longo deste texto, essa transição não ocorreu de maneira linear, uma vez que o início do século XIX foi marcado pela ditadura de Napoleão Bonaparte, pelas guerras napoleônicas e pela repressão à liberdade de imprensa. Vale ressaltar que a palavra escrita, especialmente em contextos autoritários, sempre foi uma fonte de inquietação para regimes totalitários em diferentes tempos e lugares.

A imprensa, por meio de jornais e livros, desempenhou um papel central na concretização da Revolução Francesa. Ainda que o jornalismo da época fosse embrionário, destacou-se pela presença de uma voz autoral e ousada, características que mais tarde fundamentariam o conceito de grande reportagem e, em alguns casos, o do jornalismo literário. Esse protagonismo consolidou os meios de comunicação como agentes centrais no processo histórico, um status que mantêm até hoje, mesmo diante da transição do meio impresso para o digital. As raízes do jornalismo moderno e sua relevância social foram profundamente estabelecidas durante os anos que antecederam e acompanharam a Revolução Francesa. Ademais, o estilo narrativo praticado na França do século XVIII influenciou significativamente o jornalismo em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil, onde a atividade jornalística teve início apenas em 1808. Tal influência é destacada por pesquisadores como Daecto (2021) e Cooper-Richet (2016), por exemplo. Sobre a influência da revolução europeia de 1848, com forte participação francesa, Daecto (2021, p. 14) observa as semelhanças entre as reivindicações europeias e as brasileiras do período, acompanhadas pela imprensa francesa e que seguia o mesmo tom nos jornais brasileiros: "A palavra de ordem se direcionava, certa, ao cenário político brasileiro: à oposição entre as províncias e a Coroa somavam-se as intrigas, na Corte, entre exaltados e conservadores, que buscavam, em lugar da negociação, a alternância do poder".

Dada a relevância da temática abordada, o objetivo geral desta pesquisa é realizar, por meio de uma investigação bibliográfica de abordagem qualitativa, uma análise histórica do papel desempenhado pela imprensa – tanto por jornais quanto por livros – durante a Revolução Francesa. Nesse sentido, o estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: qual foi a contribuição da imprensa para os eventos da Revolução Francesa, considerando os contextos social, político e econômico do período?

Para responder a essa questão, inicialmente discute-se a relação histórica entre a história e o jornalismo, que se voltam à análise da realidade concreta, em contraste com a poesia e a literatura, que exploram o campo da imaginação e do verossímil, desde a Grécia Antiga. Em seguida, aborda-se a invenção da imprensa e seu impacto, para, posteriormente, analisar o contexto sociopolítico da Revolução Francesa e seus desdobramentos. Por fim, apresentam-se reflexões acerca da conjuntura econômica do período e da inserção de jornais e livros nesse cenário.

A HISTÓRICA RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA/JORNALISMO E POESIA/LITERATURA

Antes de discutir o papel da imprensa na Revolução Francesa, serão apresentadas algumas reflexões iniciais sobre a história e a relação entre jornalismo e literatura, além de uma breve contextualização acerca da origem da imprensa, que estabeleceu um vínculo significativo entre esses dois gêneros textuais, foco desta pesquisa. Essa retomada histórica é fundamental para compreender a relação intrínseca entre jornalismo e literatura no contexto da Revolução, considerando que, desde seu surgimento, a imprensa demonstrou uma forte conexão com a produção literária. Os primeiros jornais frequentemente incluíam artigos de caráter literário e até mesmo obras de ficção.

Nesse sentido, a interação entre jornalismo e literatura durante a Revolução Francesa revela-se particularmente relevante. No contexto revolucionário, a imprensa não se limitava à disseminação de informações; também desempenhava um papel crucial na mobilização da população. Para isso, fazia uso de apelos emocionais e criava conteúdos persuasivos capazes de engajar os leitores e fomentar a adesão às ideias revolucionárias.

Além disso, destaca-se que essa prática de um jornalismo com traços literários na França teve influência direta no jornalismo brasileiro. Conforme observado por Melo (2006), as raízes europeias da imprensa nacional incluem uma forte herança do modelo

francês, especialmente no que diz respeito à combinação de estilos narrativos e argumentativos.

O jornalismo é um fenômeno universal, mas suas raízes são européias. Entender as manifestações que floresceram nos territórios onde essa inovação cultural se deu pela ação dos colonizadores implica resgatar traços originais que permaneceram e vislumbrar as transformações determinadas por contingências históricas. Por isso, no caso brasileiro, não é suficiente fazer remissão àqueles modelos que nos trouxeram os colonizadores lusitanos, mas torna-se imprescindível perceber as determinações que configuram o padrão transplantado e descobrir os atravessamentos gerados pelas influências conjunturais, inevitáveis na trajetória dos povos e das culturas que vivem em torno dos pólos hegemônicos do poder internacional (MELO, p.67, 1985).

Nesse contexto, observa-se não apenas uma forte influência do jornalismo internacional sobre o brasileiro, mas também uma conexão significativa entre jornalismo e literatura, marcada por pontos de convergência desde suas origens. Essa relação, no entanto, remonta a um período anterior ao que comumente se imagina. Um marco inicial pode ser identificado na reflexão do filósofo Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.), ainda na Grécia Antiga, acerca da relação entre história e literatura. Conforme destacado pelo professor e pesquisador Antonio Hohlfeldt, “Aristóteles é, pois, o primeiro a refletir a respeito das diferentes artes e dos gêneros artísticos, temas que, depois, ocupariam a Estética ao longo dos séculos” (HOHLFELDT, 2002, p. 75).

Na obra *Poética*, Aristóteles estabelece pela primeira vez essa relação, diferenciando o trabalho do historiador do trabalho do poeta. Para o filósofo, enquanto o historiador busca narrar o que efetivamente aconteceu, o poeta descreve o que poderia ter acontecido, baseando-se na verossimilhança e na necessidade. Essa distinção, proposta há séculos, permite traçar paralelos com a relação entre literatura e jornalismo contemporâneo, uma vez que, em ambos os campos, observa-se uma tensão entre a busca pela factualidade e a exploração do imaginário. Como destacou Aristóteles:

O historiador e o poeta não diferem pelo facto de um escrever em prosa e o outro em verso (se tivéssemos posto em verso a obra de Heródoto, com verso ou sem verso ela não perderia absolutamente nada o seu carácter de história). Diferem é pelo facto de um relatar o que aconteceu e o outro o que poderia acontecer. Portanto, a poesia é mais filosófica e tem um carácter mais elevado do que a História. É que a poesia expressa o universal, a História o particular (ARISTÓTELES, 1999, p.54).

Assim como a literatura contemporânea preocupa-se em abordar questões universais, o jornalismo contemporâneo, a exemplo da história praticada na Grécia Antiga, dedica-se ao particular, como ilustram os chamados critérios de noticiabilidade.

Nesse sentido, conforme destaca Aristóteles, “o universal é aquilo que certa pessoa dirá ou fará, de acordo com a verossimilhança ou a necessidade, e é isso que a poesia procura representar” (ARISTÓTELES, 1999, p. 54), enquanto o particular corresponde ao que de fato aconteceu.

Com base no pensamento aristotélico, observa-se que o poeta da Grécia Antiga, assim como o ficcionista moderno, constrói narrativas que imitam ações e emoções humanas. Entretanto, o filósofo ressalta que nada impede que fatos reais sejam incorporados à poesia. De forma análoga, na contemporaneidade, romances ficcionais podem se basear em eventos históricos, como era o caso de muitos romancistas que escreveram durante a Revolução Francesa. Nas palavras de Aristóteles: “E, se lhe acontece escrever sobre fatos reais, não é menos poeta por isso: nada impede que alguns fatos que realmente aconteceram sejam [possíveis e] verossímeis, e é nessa medida que ele é o seu poeta” (ARISTÓTELES, 1999, p. 55).

Ou seja, nada impede que o autor ou escritor utilize fatos reais em enredos de ficção, como por exemplo fez Tolstói em *Guerra e Paz*, que tem sua narrativa iniciada no período imediatamente após a Revolução Francesa, com Napoleão tentando invadir o território russo (TOLSTÓI, 2007). Escrito entre 1865 e 1869, o romance histórico trata justamente das guerras napoleônicas e, mais especificamente, da incursão de Napoleão em direção à Rússia iniciada em 1805, apenas seis anos após a revolução. Mesmo se tratando de uma obra de ficção que mescla personagens imaginados com reais, a obra se tornou um documento histórico fundamental para quem quer entender as guerras napoleônicas.

A influência da imprensa francesa na brasileira é pesquisada por diversos autores, tais como Daecto (2021) e Cooper-Richet (2016), por exemplo. Sobre a influência das línguas inglesas e francesas na imprensa do século XVIII e XIX nos demais países do globo, Cooper-Richet (2016, p.24) escreveu:

Na realidade, as línguas que dominavam essa imprensa eram as das duas principais potências que, culturalmente, em um caso, e economicamente, no outro, irradiam sua influência pelo mundo. Cada uma delas, com sua imprensa, desempenhava o seu próprio papel e também outro, localizado nos imaginários: o da “França nação literária”, o da “Inglaterra fábrica do mundo”.

Neste artigo, entretanto, tal influência é brevemente mencionada no sentido de justificar a importância de tal pesquisa para a história do jornalismo brasileiro, não sendo aprofundada nos tópicos a seguir. Após essa breve consideração sobre a relação entre história, literatura e jornalismo, será feita uma breve contextualização do surgimento da

imprensa até a Revolução Francesa, momento em que, de fato, começa, de forma marcante, a relação entre o jornalismo e a literatura.

A INVENÇÃO DA IMPRENSA

Para contextualizar a invenção da imprensa neste estudo histórico, adota-se a perspectiva de Eisenstein (1998), apresentada em *A Revolução da Cultura Impressa*. Nessa obra, a autora analisa as inúmeras transformações que o advento da imprensa trouxe à sociedade e à forma de pensar do ser humano. O objetivo, aqui, é destacar essas características e seus impactos, em vez de focar no momento exato em que Gutenberg desenvolveu a técnica de impressão.

Antes de avançar nessa discussão, cabe registrar a observação de Pena (2007), que ressalta a transição da oralidade para a cultura escrita – um processo que antecedeu e influenciou profundamente tanto a cultura impressa quanto o jornalismo moderno:

[...] além da passagem de uma cultura oral para a escrita, é a invenção dos tipos impressos que vai possibilitar o advento do jornalismo moderno. Entretanto, a oralidade continuará sendo protagonista do processo jornalístico, não só na relação com as fontes como na configuração de novas tecnologias midiáticas [...] (PENA, 2007, p.25).

Antes de se alcançar esse cenário, é imprescindível considerar os diversos pontos apresentados por Eisenstein (1998). Entre eles, destacam-se o aumento da produção de livros e as mudanças na forma de recepção do conhecimento. Com o advento da imprensa, não apenas se intensificou a produção de obras, mas também surgiram as referências cruzadas entre diferentes textos, ampliando significativamente o campo intelectual. A autora enfatiza, em especial, a explosão do conhecimento ocorrida no século XVI: “Contudo, ao tratar de qualquer mudança intelectual de importância no século XVI, tende-se a ignorar a efervescência provocada pelo maior número de livros” (EISENSTEIN, 1998, p. 59). Esse período marcou o surgimento da necessidade de organizar os inúmeros dados existentes, o que impulsionou a produção e a reprodução de instrumentos de sistematização, como mapas e dicionários.

Eisenstein (1998) também aborda a transformação do pensamento provocada pela imprensa. Segundo a autora, “a maior produção, dirigida a mercados relativamente estáveis, criou condições que favoreceram inicialmente novas combinações de velhas ideias e, mais tarde, a criação de sistemas de pensamento inteiramente novos” (EISENSTEIN, 1998, p. 60). Nesse contexto, a imprensa fomentou atividades

combinatórias, tanto sociais quanto intelectuais, reconfigurando as relações entre os sistemas de ideias. Foi nesse cenário que os jornais começaram a se desenvolver.

Antes de discutir o surgimento dos primeiros jornais, é relevante destacar outros aspectos essenciais da análise de Eisenstein (1998), como o intercâmbio transcultural, que promoveu dinâmicas intelectuais complexas e contraditórias. A autora observa: “O primeiro século da imprensa foi marcado sobretudo pela efervescência intelectual e por uma dedicação ao estudo, de grande abertura, mas sem foco preciso” (EISENSTEIN, 1998, p. 61). Outro ponto fundamental relacionado aos primeiros livros, que posteriormente se estendeu ao jornalismo, é a padronização. Textos impressos passaram a ser revisados e avaliados por um grande número de pessoas, gerando impactos que iam muito além das obras individuais. Eisenstein (1998) aponta que esses desenvolvimentos influenciaram significativamente “costumes, leis, línguas e roupas locais” (EISENSTEIN, 1998, p. 69). A padronização, portanto, consolidou-se como um dos pilares da cultura impressa, estabelecendo bases para o crescimento do jornalismo e da circulação de ideias. A autora destaca Montaigne¹ como o primeiro a se identificar como um indivíduo singular e fora do comum:



Por apresentar-se assim, em toda a modéstia, como um indivíduo atípico, e por pintar com amor cada uma de suas peculiaridades, Montaigne, por assim dizer, retirou do esconderijo o seu ser individual. Ele foi o primeiro a exibi-lo, de modo deliberado, à curiosidade pública (EISENSTEIN, 1998, p.72).

Ou seja, o gênero do jornalismo opinativo, ou mesmo a crônica moderna, conforme a concepção brasileira do termo², possivelmente já dava seus primeiros passos nos *Ensaíos*, de Montaigne. Eisenstein (1998) ressalta que o filósofo introduziu um novo método para lidar com a realidade gerada pelo surgimento da impressão: permitir que o texto estabelecesse um contato íntimo com leitores desconhecidos. Esse sentimento de singularidade experimentado pelo leitor, embora pessoal, era também suscetível de ser

¹ Michel Eyquem de Montaigne (1533 - 1592) foi um escritor e ensaísta francês.

² Para José Marques de Melo (1985), há uma variação no termo *crônica* de país para país, sendo que, no jornalismo brasileiro, a crônica surge como folhetim, ou seja, em um espaço que os jornais reservavam semanalmente para o que aconteceu no período, com uma redação que geralmente era confiada a escritores, como poetas e ficcionistas. Marques de Melo explica que, inicialmente, esses folhetins não eram tão semelhantes com a crônica da atualidade, mas a transformação ocorreu com o tempo: “pouco a pouco o folhetim foi assumindo a característica que o tornaria um gênero autônomo no nosso jornalismo, desvincilhando-se da seção de variedades. Transmuda-se em crônica” (p.114). Já na Itália, a crônica aproxima-se mais do sentido que, no Brasil, é atribuído à reportagem, enquanto que, na França, oscila entre a reportagem setorial e o colunismo e, na Espanha, é uma combinação entre a notícia e o comentário.

compartilhado por um público mais amplo, ampliando a conexão intelectual e emocional proporcionada pela cultura impressa.

A nova tecnologia trouxe, ainda, o surgimento da profissão de impressor, que inicialmente acumulava diversas funções sem a divisão clara de tarefas que viria posteriormente. Além disso, Eisenstein menciona inovações como a criação de catálogos e índices, bem como a produção de textos de referência e guias práticos, voltados para temas variados – um formato que permanece relevante até os dias atuais.

A autora enfatiza que esse aumento na produção não apenas configurou uma revolução cultural e intelectual, mas também uma transformação comercial significativa: “a oficina gráfica cumpriu uma função significativa, embora esquecida, ao combinar atividades intelectuais e comerciais, que se reforçavam mutuamente e desse modo criavam um impulso particularmente poderoso, quase irresistível” (EISENSTEIN, 1998, p. 84). Nesse cenário, a clareza e a organização lógica passaram a ser prioridades dos editores, assumindo uma importância equivalente a outras características que continuam fundamentais no jornalismo contemporâneo, como a autonomia textual, a diversidade de perspectivas, o estímulo ao conflito de ideias, a ampliação de produtos culturais e a democratização da informação.

Com o advento das edições sucessivas, os impressores competiam tanto com seus rivais quanto consigo mesmos, aprimorando continuamente seus produtos. Essa dinâmica encontra paralelo na disputa tecnológica atual, em que plataformas midiáticas digitais competem pelo domínio do espaço *online*. Um aspecto particularmente relevante foi a padronização das línguas nacionais promovida pela tipografia. A fixidez das obras impressas permitiu o reconhecimento de inovações individuais, incentivando o registro de propriedade intelectual sobre invenções, descobertas e criações. Essa prática culminou na atribuição de direitos autorais, como destacado por Eisenstein: “A herança de seu manto mágico seria reivindicada mais tarde pelos românticos, que reorientaram o significado do termo ‘original’” (EISENSTEIN, 1998, p. 105).

Outra consequência da revolução impressa foi a criação de novos espaços culturais, como livrarias, cafés e salões de leitura, que se tornaram pontos de encontro coletivo e fomentaram o debate intelectual. Essas transformações exerceram uma influência significativa no Brasil. Antes, porém, de explorar esse impacto, é necessário abordar como a relação entre jornalismo e literatura se consolidou em outro marco histórico: a Revolução Francesa.

Como observa Havelock (1995): “Sem a moderna cultura escrita, o que significa a cultura grega, não teríamos a ciência, a filosofia, a lei escrita ou a literatura, e tampouco o automóvel e o avião” (p. 31). Pode-se acrescentar que, sem os avanços mencionados até aqui, o jornalismo também não teria se desenvolvido como o conhecemos.

A REVOLUÇÃO FRANCESA

Considerando a abrangência da temática, é pertinente, inicialmente, situar o contexto histórico do jornalismo no período em que ocorre a Revolução, tomando como referência as fases delineadas por Marcondes Filho (2000), com o objetivo de traçar um panorama evolutivo composto por cinco períodos históricos distintos³. Sob essa perspectiva, o período histórico em que ocorre a Revolução Francesa pode ser inserido na fase do *Primeiro Jornalismo* (1789-1830), caracterizado pela produção de conteúdo político e literário nos jornais, com textos críticos, inseridos em uma economia deficitária, sendo predominante a atuação de escritores, políticos e intelectuais.

No que se refere à Revolução Francesa, optou-se pela obra *Revolução Impressa - A Imprensa na França 1755-1800*, organizada por Darnton e Roche (1996). Contudo, também foi consultado o primeiro texto do livro *O Momento Literário* do jornalista João do Rio, escrito no início do século XX, que destaca a forte influência da cultura francesa sobre a intelectualidade, a cultura e o jornalismo no Brasil: “Nós nos regulamos pela França. A França não tem agora lutas de escola, nós também não; a França tem alguns moços extravagantes, nós também; há uma tendência mais forte, a tendência humanitária, nós começamos a fazer livros socialistas” (RIO, 1994, p. 15).

Em seguida, foi considerada a análise de Darnton (1996), que observa que os historiadores, em geral, tratam a palavra impressa como um simples registro do que ocorreu, sem reconhecê-la como um componente essencial do próprio acontecimento. O autor destaca que a Revolução Francesa foi a primeira grande revolução dos tempos

³ Segundo Ciro Marcondes Filho (2000), o quadro evolutivo da imprensa é constituído por: 1) Pré-História do Jornalismo (1631-1789): apresenta economia elementar, produção artesanal e formato semelhante ao do livro; 2) Primeiro Jornalismo (1789-1830): conteúdo político e literário, com texto crítico, economia deficitária e comandada por escritores, políticos e intelectuais; 3) Segundo Jornalismo (1830-1900): início da profissionalização dos jornalistas, bem como a criação de reportagens e manchetes, a utilização da publicidade e a consolidação da economia de empresa, criando, assim, a primeira idéia de imprensa de massa; 4) Terceiro Jornalismo (1900-1960): imprensa monopolista, marcada por grandes tiragens, influência das relações públicas, grandes rubricas políticas e fortes grupos editoriais que monopolizam o mercado; e 5) Quarto Jornalismo (a partir de 1960): informação eletrônica e interativa, com grande uso da tecnologia e mudanças nas funções dos jornalistas, com muita velocidade na transmissão das informações e valorização da visualidade, com tendência à crise da mídia escrita.

modernos e questiona: “O que era a própria literatura, como um sistema que envolve tanto o mecenato e o poder quanto o talento artístico na linguagem?” (DARNTON, 1996, p. 16). Nesse contexto, o pesquisador ressalta que a luta pelo poder durante a Revolução também foi, em grande parte, uma luta pela dominação da opinião pública, com a imprensa desempenhando um papel fundamental nesse processo.

Para compreender plenamente este evento, é necessário considerar o funcionamento da censura na França antes e durante a Revolução. De acordo com Roche (1996), a liberdade de imprensa não existia sob o Antigo Regime, uma vez que, desde os primeiros momentos de seu poder, a Coroa estabeleceu um rígido controle sobre impressores e livreiros. Era proibido questionar ou criticar o reino, a religião e a moral, com a polícia realizando fiscalização e controle tanto antes quanto após a publicação. Dados apresentados por Roche (1996) indicam que 40% dos censores eram membros de alguma academia, e a mesma porcentagem referia-se àqueles que já haviam editado algum periódico. Em 1757, por exemplo, dos dez editores do *Journal des Savants*, nove eram censores. Ou seja, os censores eram, em grande parte, os mesmos indivíduos responsáveis pela produção e edição dos jornais, eliminando qualquer forma de oposição.

Roche (1996) também descreve como funcionava o processo de censura em relação aos livros, destacando que “uma escala graduada de desaprovação pode ser rastreada, desde o consentimento sem problemas até a rejeição categórica, usualmente rara, passando pelo ‘não quero saber nada disso’” (ROCHE, 1996, p. 34). O autor explica que, frequentemente, as decisões eram tomadas mais com base em relações de influência política do que por razões puramente ideológicas. Além disso, existia uma dinâmica curiosa entre os grandes pensadores e os censores, uma vez que os primeiros precisavam adaptar-se ao contexto vigente, em que a liberdade de expressão era severamente limitada.

Pode algum de meus leitores imaginar, sem lágrimas de tanto rir, um Voltaire, um Jean-Jacques Rousseau, um Buffon, um Destouches, um Piron, um Gresset, na verdade todos os homens de letras de todos os ramos, proibidos de expressar suas idéias para o público sem antes pedir permissão de Armenonville? (ROCHE, 1996, p.29).

Chega-se, então, a um outro ponto relevante, que é a propensão humana em buscar o conhecimento do desconhecido ou, até mesmo, do proibido. Segundo Roche (1996), os livros proibidos eram, frequentemente, os mais procurados durante esse período, fenômeno que se repetiria em outros momentos históricos, especialmente em

contextos ditatoriais, quando a censura e a repressão à liberdade de expressão estavam em vigor:

Quanto mais rigorosa era a proibição, mais aumentava o preço da obra proibida, mais encorajava as pessoas a lê-la, mais era comprada, mais era lida. Quantas vezes poderia o editor e o autor de um livro autorizado ter dito aos magistrados – se esses fossem capazes de ousar – cavalheiros, tenham a bondade de nos conceder uma ordenaçãozinha exigindo que nossa obra seja rasgada e queimada [...] (ROCHE, 1996, p.44).

Darnton (1996) descreve o funcionamento do comércio clandestino de livros proibidos, destacando que as obras queimadas em público eram justamente as mais cobiçadas. Esse fenômeno levou o regime a adotar uma postura mais discreta, apreendendo livros e prendendo livreiros de forma menos ostensiva. Em relação aos números, o autor aponta que o próprio regime desconhecia a magnitude do comércio ilegal de livros, que eram identificados pelos livreiros e editores como *livros filosóficos*, enquanto policiais e agentes do regime os rotulavam como livros de *drogas e miseráveis*.

Uma referência importante feita por Darnton (1996) é à proeminente editora da época, a *Société Typographique de Neuchâtel* (STN), que negociava obras que variavam desde os escritos de Voltaire até livros de teor pornográfico e panfletos políticos. O autor enfatiza que, devido aos riscos associados ao tráfico desses livros e à grande demanda, os *livros filosóficos* eram mais caros do que as outras publicações. Esse custo adicional era refletido nos catálogos das editoras, como o da STN, localizada na Suíça, que informava aos clientes que não produzia tais obras, mas as adquiria de outras editoras.

Além disso, a circulação desses livros envolvia considerações detalhadas de custos, riscos e rotas de distribuição, contando com distribuidores — homens que transportavam as obras clandestinamente. Embora desprovidos de qualquer conhecimento literário, esses distribuidores estavam atentos ao conteúdo das obras que transportavam, preocupando-se especialmente com a possibilidade de o material ser contra a religião ou figuras de autoridade, pois temiam ser responsabilizados pela distribuição de livros considerados subversivos. Como destaca Darnton, “[...] pois uma vez a olhar a filosofia por baixo do pano, tudo parece possível, até mesmo a Revolução Francesa” (DARNTON, 1996, p.75).

Por fim, esse mercado clandestino de livros contribuiu para a formação de um ambiente favorável ao colapso da censura. No contexto da convocação dos Estados Gerais pelo rei, houve um aumento considerável na circulação de panfletos não

autorizados, os quais abordavam tanto os eventos em curso quanto as propostas relativas aos objetivos e à composição do corpo representativo, como observou Raymond Birn:

O espírito do momento exigia uma nova estratégia governamental em relação à palavra impressa. Depois de mais de meio século de uma amarga batalha com o Conselho do Rio pela prerrogativa de silenciar escritores e punir editores, a corte administrativa mais importante do reino, o parlamento de Paris, parecia agora favorável a um relaxamento no sistema de censura preventiva e repressivo (BIRN, 1996, p.78).

Durante esse período, o número de prisioneiros na Bastilha, muitos dos quais relacionados à literatura clandestina, era significativo, refletindo a efervescência das discussões nas esquinas, cafés e salões. Segundo Birn (1996), a partir de 1750, houve um aumento expressivo no número de edições e publicações, que chegavam a 3.500 obras e 150 periódicos diferentes a cada ano. O conteúdo dessas publicações estava intimamente ligado aos acontecimentos contemporâneos, exibindo um forte caráter jornalístico.

Dentro desse cenário, destaca-se a figura de Chrétien-Guillaume Lamoignon de Malesherbes, que atuou como diretor do departamento de comércio de livros da monarquia francesa entre 1750 e 1763, foi primeiro presidente do tribunal de impostos *Cour des Aides* (1750-1771, 1774-1775) e exerceu funções ministeriais durante os períodos de 1775-1777 e 1787-1788 (BIRN, 1996). Malesherbes defendia uma lei que restringisse a censura apenas aos livros que abordassem questões relacionadas à religião, à moralidade e à autoridade do soberano, excluindo materiais de menor risco, como, por exemplo, obras pornográficas e sátiras. “Na visão de Malesherbes, o primeiro passo necessário é a redução, ou mesmo a eliminação, da censura prévia” (BIRN, 1996, p.87). Com base nessa perspectiva, foi instaurada a permissão tácita, que oferecia certas vantagens à literatura semiclandestina. O autor também salienta que a crescente alfabetização do povo francês e o crescente interesse pela leitura foram fatores que contribuíram significativamente para a queda da censura.

Como Malesherbes reconhecia, a alfabetização havia aumentado consideravelmente de uma geração a outra. Observava ainda que nenhum grupo social, nenhuma província remota, deixava de ter gente capaz de pensar por si mesma e de expressar e defender as suas idéias. Esta é a feliz consequência da imprensa, escreveu (BIRN, p.95, 1996).

Entretanto, autores como Mirabeau e M.-J. Chénier defendiam uma liberdade de imprensa irrestrita, e a proibição dos panfletos no início de 1789 transformou essa liberdade em uma realidade, a qual, conforme Birn (1996, p.96), “iria sobreviver à Restauração, aos dois Napoleões e aos regimes totalitários do século XX”.

AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS

Ainda no contexto da Revolução Francesa, a queda do Antigo Regime e a abolição da censura, ocorrida em 1789, configuram o que Hesse (1996) denomina como uma revolução cultural da liberdade de imprensa. A autora argumenta que “a destruição desse sistema iria transformar completamente a realidade legal, institucional e econômica da impressão e da edição e, em última análise, o caráter da cultura literária francesa” (HESSE, 1996, p.99). Inicialmente, o novo sistema gerou pânico e insegurança entre livreiros, editores e certos escritores, como o romancista Restif de la Bretonne, que declarou: “Se o que se quer é a liberdade de imprensa, que se estabeleça essa liberdade das profissões a ela ligada. Sem isso, 36 impressores privilegiados se tornarão os tiranos mais cruéis do pensamento que todos os censores juntos!” (HESSE, 1996, p.99).

Nos primeiros anos, contudo, a ausência de uma legislação específica resultou em práticas que continuaram como antes. O novo sistema também fez com que aqueles ligados à estrutura de censura ficassem desempregados e sem remuneração. Hesse (1996) relata que, em setembro, os editores do *Journal Encyclopédique* recusaram-se a submeter seus conteúdos à censura: “Em setembro os editores do *Journal Encyclopédique* recusavam-se não apenas a submeter-se aos censores como a pagar-lhes” (HESSE, 1996, p.103).

A autora esclarece que a Assembleia Nacional sancionou as leis do comércio de livros em agosto de 1790, com o objetivo de eliminar o que já se mostrava como um mero resquício do antigo sistema. No entanto, os livreiros e editores começaram a pressionar o novo governo por medidas que pudessem mitigar a crise resultante da estagnação nas vendas de livros. Somente em 19 de julho de 1793, a Convenção Nacional aprovou um decreto que estabeleceu uma base legal clara para a publicação comercial, “enquanto se esforçava para evitar o reaparecimento de monopólios literários, como os dos livreiros parisienses do Antigo Regime” (HESSE, 1996, p.113).

Entrementes, esse cenário teve uma consequência inesperada: a proliferação de jornais e panfletos, que substituíram os livros. Com isso, os impressores precisaram se adaptar a esse novo mercado, enquanto livreiros e impressores-livreiros enfrentavam falências em um “efeito dominó” (HESSE, 1996, p.118), o que transformou crises locais em catástrofes coletivas. Essa dinâmica, de acordo com Sodré (2006), reflete o nepotismo na administração pública. Em outras palavras, por meio de acordos políticos entre grupos patrimoniais, famílias controlam um país de maneiras nem sempre visíveis ou evidentes.

Apesar de o modelo ser o mesmo, ele é perpetuado por textos oficiais, manuais escolares e, mais recentemente, pelos meios de comunicação, criando um imaginário que transforma a nação em uma “grande família”, comandada por patriarcas de feições europeias, que se mostram benevolentes com a imensa massa de parentes subalternos.

Hesse (1996) observa que, com a queda da censura, as vendas de livros clássicos e religiosos ficaram estagnadas, mas as possibilidades para as novas gerações se expandiram. “Sabemos que 1789 foi o ano da explosão dos periódicos e da literatura efêmera” (HESSE, 1996, p.124). Quanto à venda de jornais, a autora afirma que “as publicações periódicas, mais do que as atividades administrativas, eram a coqueluche do novo mundo da edição” (HESSE, 1996, p.126). Além disso, a Comissão de Instrução Pública injetou milhões de libras em forma de subsídios, prêmios e créditos públicos para incentivar a publicação de livros de natureza científica e educacional, estabelecendo a França como uma referência mundial e influenciando intelectuais globalmente.

Dentro desse contexto, Hesse cita o jornalista revolucionário J.P. Brissot, que escreveu:

Era necessário esclarecer incessantemente as mentes das pessoas, não através de obras volumosas ou bem fundamentadas, porque o povo não as lê, mas através de pequenas obras, [...] através de um jornal que espalhasse luz em todas as direções (HESSE, 1996, p.132)..

Assim, durante os anos da Revolução, Paris viu um aumento significativo na publicação de periódicos. “Essas formas literárias eram produzidas (e muitas vezes por) pessoas de pouco poder aquisitivo e pouco tempo disponível” (HESSE, 1996, p.133), o que resultou na transformação do centro do comércio editorial, movendo-se da civilização elitista do livro para a cultura emergente do panfleto e da imprensa periódica.

Outro aspecto relevante foi o fortalecimento da profissão de impressores (CASSELLE, 1996), visto que qualquer indivíduo passou a investir no ramo da impressão, o que, por sua vez, comprometeu a qualidade tanto da impressão quanto da informação que circulava em Paris. Essa deterioração da qualidade fica evidente na descrição das gráficas da época feita por Minard, que revela as condições precárias sob as quais a produção editorial se desenvolvia durante esse período.

Longe de ser o espaço ideal previsto nos tratados do ramo ou a utopia funcional ilustrada na *Encyclopédie*, a gráfica é toda apertada, barulhenta e encardida, como os homens que nela trabalham. Cheira a tinta e mesmo a urina, às vezes usada para amaciar o couro dos entintadores. O ar é úmido. Nesse espaço de trabalho, a máquina não impõe seu ritmo aos homens; são cinco, dez, quinze ou vinte trabalhadores labutando, comendo, fazendo piadas, em seu próprio ritmo (MINARD, 1996, p.160).

Neste período, observa-se também o surgimento de uma divisão no trabalho, assim como ocorreu uma segmentação dos leitores, que variavam do clero aos profissionais da classe média e estudantes. As palavras impressas passaram a ser instrumentos fundamentais nas batalhas ideológicas, nas quais “cada lado respondia ao outro através de publicações” (VERNUS, 1996, p.184). Esse fenômeno reflete a crescente importância da imprensa na conformação das disputas políticas e sociais da época, consolidando-se como um espaço estratégico de expressão e mobilização.

OS JORNAIS

Segundo Jeremy D. Popkin (1996), a criação de jornais durante o período foi caracterizada por uma grande diversidade. Contudo, essa produção não alcançou o status de veículo de comunicação de massas, uma vez que enfrentava limitações sociais, como o baixo nível de alfabetização. Não obstante, “jornais se tornaram a principal forma impressa na qual a luta revolucionária pela legitimidade política se articulou” (POPKIN, 1996, p.199). Durante a Revolução, a imprensa contou com um número variável de 25 a 30 jornais políticos de sucesso, enquanto o número de empreendimentos de menor expressão, buscando entrar no mercado, era o dobro dessa quantidade.

Nesse contexto, Popkin (1996) também destaca algumas distinções entre o jornalismo e a literatura, que já estavam estabelecidas em outras partes do mundo, como na Inglaterra.

Os jornais ingleses bem-sucedidos tais como o *Morning Chronicle* já tinham há muito deixado de parecer livros. Impressos em grandes fôlios, faziam uso extensivo de fios e de cabeçalho em vermelho para separar itens e, em alguns casos, empregavam títulos em tipo maior para identificar o assunto das matérias para que os leitores pudessem escolher os itens que lhes interessavam; traziam ainda um mosaico de informes e anúncios comerciais – estes últimos frequentemente incluindo pequenas vinhetas pictóricas, como navios velejando para notícias do porto (POPKIN, 1996, p.207-208).

Na França, alguns jornais limitavam-se a reproduzir os discursos políticos, enquanto outros ofereciam suas interpretações, e as variações nesse sentido eram numerosas. Ademais, surgiu um fator adicional: as divergências entre jornalistas e as classes políticas, um problema amplamente abordado por Popkin.:

Napoleão é quem resolveria esse impasse entre políticos e jornalistas, ao colocar ambos sob seu firme controle. Mas o problema colocado pela imprensa da Revolução Francesa reapareceu em todos os sistemas políticos representativos desde então. Por essa razão, os antiquados

jornais da Revolução Francesa não são apenas relíquias históricas; são um exemplo de um problema central da imprensa no mundo moderno (POPKIN, p.223, 1996).

Este é mais um exemplo das relações profundas entre o jornalismo e a política, evidenciando que esse fenômeno não é de caráter recente. Jean Dhombres (1996), por sua vez, observa que, após a Revolução, houve uma preocupação inicial em publicar livros de caráter científico. Contudo, na tentativa de popularizar esses livros e a ciência, observou-se uma adaptação das obras, que passaram a ser redigidas com um estilo que apresentava características comuns ao jornalismo, tais como clareza, objetividade, textos mais curtos e uma linguagem acessível. Um exemplo disso é o manual do padre e mineralogista René Just Haüy, que continha instruções sobre medidas baseadas na circunferência da Terra, cálculos relativos à sua divisão decimal e uniformes para toda a república. Esse manual, inicialmente distribuído com 224 páginas, foi posteriormente reduzido para 147, com o intuito de torná-lo mais acessível ao público (DHOMBRES, 1996).

Outra característica presente tanto nos livros quanto nos jornais da época era a formatação dos textos, que exibiam diversas semelhanças com os atuais livros e matérias de jornais e revistas voltadas para o segmento de autoajuda.

A guerra ocultava outra tendência dos livros, e ainda mais dos periódicos: a divulgação de técnicas para uma vida mais confortável, que provieram naturalmente do progresso. A qualidade de vida e o avanço do conhecimento científico estavam intimamente ligados. A *Feuille Villageois*, que se gabava de contar com 1.100 assinantes no campo em 1792 e que Ginguené manteve viva até 1795, proclamava em seu primeiro número: ‘persuadidos que estamos de que luz gera mais luz, e de que a mente humana se esclarece na proporção da luz que se lança sobre ela, trar-lhes-emos todas as descobertas úteis que podem melhorar a sorte, enriquecer o lazer e aliviar as tarefas: instruí-los-emos em todas as artes e ofícios que podem trazer novas fontes de prosperidade’ (DHOMBRES, p.279, 1996).

Contudo, essa tentativa de popularização jamais conseguiu suplantiar os escritos científicos eruditos, sendo que o livro científico continuou a ser acompanhado por seu público fiel, deixando de atrair o interesse do público leigo, além de se fragmentar nas especializações (DHOMBRES, 1996).

Em síntese, a sistematização apresentada sobre a imprensa durante a Revolução Francesa evidencia sua profunda influência na configuração dos eventos históricos e na prática do jornalismo, que se disseminou ao redor do mundo nos anos subsequentes. Ademais, destaca-se a já mencionada influência do jornalismo francês sobre o brasileiro. Portanto, recuperar as características dessa prática no contexto histórico em que se

desenvolveu é essencial para que possamos compreender não apenas o jornalismo contemporâneo, mas também os eventos políticos, econômicos e sociais que têm se desenrolado ao longo do tempo em um mundo digital e globalizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, destaca-se que, assim como a imprensa, por meio dos jornais e livros, desempenhou um papel crucial para que a Revolução Francesa se concretizasse, resultando na queda do absolutismo monárquico, o jornalismo ao longo dos séculos subsequentes jamais abdicou desse protagonismo, iniciado pelos franceses. No Brasil, nos séculos seguintes ao surgimento dos primeiros periódicos, em 1808 (*Correio Brasiliense* e *Gazeta do Rio de Janeiro*), a imprensa se consolidou como uma poderosa ferramenta de resistência contra o autoritarismo, as injustiças sociais e o domínio das oligarquias, ao mesmo tempo em que se tornou um agente ativo na promoção da democracia, da busca pela igualdade e da liberdade responsável.

Completada esta etapa da pesquisa, que se insere em um estudo mais amplo sobre a temática, é relevante sublinhar que o presente artigo alcançou o objetivo proposto de realizar uma recuperação histórica do papel da imprensa, tanto através dos jornais quanto dos livros, no contexto da Revolução Francesa. Como demonstrado, os jornais e livros haviam já assumido um papel proeminente antes da revolução, pois foram as ideias e as palavras que criaram um ambiente propício para o levante popular que culminaria na queda da monarquia francesa.

Além disso, a análise da imprensa durante a Revolução Francesa revela não apenas a relevância do jornalismo e da literatura para o desenvolvimento do evento, mas também sua marcante influência na formação do jornalismo contemporâneo, impactando a imprensa mundial, incluindo a brasileira. Como evidenciado, os jornais que emergiram durante esse período exerceram uma função vital na disseminação de ideias revolucionárias e na mobilização da opinião pública. A ascensão de um jornalismo politicamente engajado, somada à resistência literária, possibilitou o despertar da população diante das injustiças da época, materializando as ideias de pensadores e jornalistas pioneiros.

Importante mencionar novamente que, conforme autores como Daecto (2021) e Cooper-Richet (2016), dentre outros, imprensa francesa teve uma significativa influência sobre a imprensa brasileira, especialmente no século XIX, quando o Brasil se encontrava

em um período de consolidação de sua identidade política e cultural. Durante o Império, a presença de publicações francesas no Brasil, como jornais e revistas, levou à disseminação de ideias iluministas, republicanas e liberais, que eram predominantes na França pós-revolução. O processo de comunicação entre os dois países foi facilitado pela crescente circulação de jornais e livros franceses no Brasil, o que propiciou a introdução de novas correntes de pensamento político e social. Mesmo não sendo esse o foco principal do artigo, é válido reforçar que a forma de jornalismo crítico e a abordagem analítica de temas políticos e sociais, características marcantes da imprensa francesa, foram incorporadas à prática jornalística brasileira, especialmente nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, a imprensa Revolução Francesa, conforme apontado, e posteriormente, a Revolução de 1848, com forte repercussão na Europa, influenciaram diretamente as movimentações políticas no Brasil como bem aponta Daecto (2021), inspirando ações de grupos de intelectuais e jornalistas que se opunham ao regime imperial. Assim, a imprensa francesa não só serviu como fonte de informação, mas também como um modelo para os jornalistas brasileiros na busca por maior liberdade de expressão e no combate ao autoritarismo, contribuindo para a formação de um cenário de efervescência política e social no país.

Por fim, ao refletir sobre a influência da imprensa na Revolução Francesa, cabe destacar a transferência desse legado para o cenário jornalístico brasileiro ao longo dos anos. O jornalismo francês, com sua tradição de engajamento político e suas narrativas envolventes, influenciou substancialmente a imprensa brasileira, especialmente em períodos de transformações e agitações sociais. Retomando: desde os tempos coloniais até a segunda década do século XXI, a imprensa brasileira reflete a marca da influência francesa, frequentemente produzindo um jornalismo que transcende a mera narração de fatos e se empenha na transformação social.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo : Nova Cultural, 1999.

ARNT, Hérís. **A influência da literatura no jornalismo: O folhetim e a crônica**. Rio de Janeiro: e-papers, 2001.

BIRN, Raymond. Malesherbes e o clamor por uma imprensa livre. In: **Revolução impressa – A imprensa na França 1775-1800**. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

BRIGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004

CASSALLE, Pierre. Os impressores e a política municipal. In: **Revolução impressa – A imprensa na França 1775-1800**. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

COOPER-RICHET, Diana. A imprensa alófona no mundo (séculos XVII, XVIII e XIX): a dominação do francês e do inglês. *Revista Escritos*. Vol.10, n.10, p.11-24, dez.2016.

DEAECTO, Marisa Midori. Os ecos das Revoluções de 1848 no Brasil - formas de pensamento, literatura política e transferências culturais. *Revista Jangada*. V.17, n1, p.11-33. Ago. 2021.

DARNTON, Robert. A filosofia por baixo do pano. In: **Revolução impressa – A imprensa na França 1775-1800**. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

DHOMBRES, Jean. Dando nova forma à ciência. In: **Revolução impressa – A imprensa na França 1775-1800**. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

EISENSTEIN, Elizabeth L. **A revolução da cultura impressa – Os primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Ática, 1998.

HAVELOCK, Eric. **A equação oralidade-cultura: uma fórmula para a mente moderna**. In: OLSON, David R., TORRANCE, Nancy (org.). *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.

HESSE, Carla. Transformações econômicas na edição. In: **Revolução impressa – A imprensa na França 1775-1800**. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

HOHLFELDT, Antonio. **A imprensa do povo na ficção brasileira: cenários e personagens**. In: 6º Anuário Unesco de Comunicação Regional. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2002.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MINARD, Philippe. A agitação na força de trabalho. In: **Revolução impressa – A imprensa na França 1775-1800**. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2007.

POPKIN, Jeremy D. Jornais: a nova face das notícias. In: **Revolução impressa – A imprensa na França 1775-1800**. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

RIO, João do. **O momento literário**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

ROCHE, Daniel. A censura e a indústria editorial. In: **Revolução impressa** – A imprensa na França 1775-1800. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, mídia e violência**. Porto Alegre: Sulina: Edipucrs, 2006.

TOLSTÓI, Leon. **Guerra e paz**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

VENUS, Michel. A perspectiva de uma província. In: **Revolução impressa** – a imprensa na França 1775-1800. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.



www.revistafenix.pro.br

Recebido em: 29/01/2024

Parecer dado em: 21/06/2024